



PROGRAMA DO CONCURSO

Concurso Público n.º 15/2022/ICNF/SEDE

*Aquisição de serviços para a melhoria das condições de visitação e restauro de habitats
na Mata Nacional de Leiria, Mata Nacional do Urso e Mata Nacional de Pedrógão*

Agosto/2022

Artigo 1.º

Objeto, Identificação do procedimento e da entidade adjudicante

1. O presente procedimento para a formação de contrato, com a referência CP/15/2022/ICNF/SEDE, tem por objeto a aquisição de serviços para a melhoria das condições de visitação e restauro de habitats na Mata Nacional de Leiria, Mata Nacional do Urso e Mata Nacional de Pedrógão.
2. O presente procedimento para a formação de contrato seguirá a modalidade de concurso público, sem publicação de anúncio no *Jornal Oficial da União Europeia*, nos termos conjugados da alínea c) do n.º 1 do artigo 16.º, alínea b) do n.º 1 do artigo 20.º, alínea c) do n.º 1 do artigo 474.º, todos do CCP¹, e o Regulamento Delegado (UE) 2021/1952 da Comissão, de 10 de novembro de 2021.
3. A presente aquisição é catalogada com a Classificação CPV [Vocabulário Comum para os Contratos Públicos aprovado pelo Regulamento (CE) no. 213/2008 da Comissão, de 28/11/2007] – Vocabulário Principal: 77200000-2 - Serviços florestais.
4. A entidade adjudicante é o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P. (ICNF, I.P.), titular do NIPC 510 342 647, com sede na Avenida da República n.º 16, 1050-191 Lisboa, com o telefone n.º 213 507 900 e endereço eletrónico: geral@icnf.pt.
5. O anúncio do concurso é publicitado em *Diário da República*, de acordo com o artigo 130.º do CCP.
6. O presente procedimento será integralmente disponibilizado na plataforma eletrónica de contratação pública *acinGov*, acessível através do sítio da Internet <https://www.acingov.pt/acingovprod/2/index.php/>.
7. No âmbito da tramitação do procedimento, quaisquer comunicações com a Entidade adjudicante deverão ser feitas via plataforma eletrónica de contratação pública ou, no caso de indisponibilidade da mesma, remetidas para o endereço de correio eletrónico dcl@icnf.pt, devendo ser solicitado recibo de entrega e de leitura sempre que possível.

Artigo 2.º

Órgão competente para a decisão de contratar

O órgão que tomou a decisão de contratar, nos termos dos artigos 36.º e 38.º do CCP, conjugados com a alínea c) do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, com a alínea b) do n.º 2 do artigo 21.º e dos n.ºs 2 e 3 do artigo 38.º da Lei-Quadro dos Institutos Públicos (aprovada pela Lei n.º 3/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual), e o ponto xii) da alínea j) do n.º 5 da Deliberação (extrato) n.º 1089/2021, publicada em *Diário da República*, 2.ª Série, n.º 206, de 22 de outubro de 2021, foi o Senhor Vice-Presidente do Conselho Diretivo do ICNF, I. P.

Artigo 3.º

Esclarecimentos sobre as peças do procedimento

¹ Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual.

O órgão competente para prestar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento é o júri do concurso, no uso de competências delegadas, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 69.º do CCP, e conforme a decisão de contratar.

Artigo 4.º

Visita prévia aos locais de execução do contrato

1. Para efeitos de elaboração das propostas, os interessados poderão realizar uma visita aos locais de execução do contrato, contanto que para o efeito manifestem essa intenção, por escrito, via plataforma eletrónica onde corre termos o procedimento, até ao segundo dia a contar da publicação do anúncio do concurso.
2. Após o prazo a que se refere o número anterior, o contraente público comunica, pela mesma via, a todos os interessados, com uma antecedência de um dia, a data e a hora em que se realizará a visita, incluindo qualquer outra instrução relevante para o efeito.

Artigo 5.º

Prazo e modo de apresentação de propostas

1. As propostas e todos os documentos que as instruem devem ser submetidos através da plataforma eletrónica de contratação pública *acinGov*, acessível através do endereço <https://www.acingov.pt/acingovprod/2/index.php/>, até às 23h59m do 6.º dia a contar da data de publicação do anúncio de concurso em *Diário da República*, não sendo admitidas propostas entregues por outra via.
2. A apresentação das propostas e dos documentos que as instruem deve observar todas as formalidades definidas na lei, em especial as previstas na Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, devendo todos os documentos ser, designadamente:
 - a) Assinados individualmente com recurso a assinatura eletrónica qualificada;
 - b) Submetidos no formato *pdf* ou *xls*., conforme aplicável;
 - c) Redigidos em Língua Portuguesa, admitindo-se a utilização de termos ou expressões de natureza técnica em Língua Inglesa quando convenientes ou necessários;
 - d) Acompanhados de tradução devidamente legalizada, prevalecendo esta sobre o original, quando um ou alguns dos documentos da proposta só puderem ser entregues em língua estrangeira.
3. Todos os preços devem ser apresentados em algarismos, arredondados às centésimas, não devendo incluir o valor do IVA, sendo que, em caso de dúvida, entender-se-á que os preços propostos não incluem o valor do IVA.
4. Quando os preços, global ou unitários, sejam apresentados com mais de duas casas decimais, o arredondamento é feito por excesso ou por defeito consoante a milésima seja igual ou superior a cinco ou inferior a cinco.
5. Nos casos em que o certificado de assinatura eletrónica utilizado não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, o concorrente deve submeter um documento indicando o poder de representação e de assinatura, designadamente, uma

certidão do registo comercial ou uma procuração, conferindo os poderes necessários para o efeito.

Artigo 6.º

Documentos que instruem a proposta

1. As propostas são obrigatoriamente instruídas com os seguintes documentos, devidamente assinados nos termos do artigo anterior:
 - a) Declaração conforme o modelo constante do anexo I do CCP, em formato *pdf*. (cf. Anexo A do presente programa do concurso);
 - b) Documento com a proposta de preço, conforme o modelo constante do anexo B do presente programa do concurso, em formato *pdf*. e *xls*.;
 - c) Integram também a proposta quaisquer outros documentos que o concorrente apresente, por os considerar indispensáveis, nos termos do artigo 57.º, n.º 3 do CCP.
2. Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, a mesma deve indicar a respetiva partição de prestações e do preço contratual por cada um dos membros.
3. Caso a proposta apresentada preveja a subcontratação de uma ou mais prestações objeto do contrato a celebrar, devem ser detalhadas as prestações a executar por esse ou esses terceiros, nominados sempre que possível, e a correspondente percentagem do preço global proposto.

Artigo 7.º

Critério de adjudicação

1. A adjudicação será feita de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade de monofator, sendo adjudicada a proposta que apresentar o preço global mais baixo.
2. No caso de empate entre duas ou mais propostas, o critério de desempate será o seguinte:
 - 1.º** O menor preço proposto para a Ação 2 – Estabilização e Restauro do Cordão Dunar
 - 2.º** O menor preço proposto para a Ação 1 – Recuperação de Ecossistemas Aquáticos, Ripícolas e Outros
 - 3.º** O menor preço proposto para a Ação 3 – Identificação e Implementação do Trilho/Percurso da Ribeira de São Pedro
3. Se ainda assim o empate persistir, realizar-se-á um sorteio nos seguintes termos:
 - a) O sorteio é do tipo «*sorteio de dados*», observando-se as seguintes regras:
 - i. Utiliza-se um único dado, numerado de 1 a 6 de forma inequívoca, um copo e uma caixa, que podem ser inspecionados pelos representantes dos concorrentes antes do início do sorteio;
 - ii. Cada concorrente em situação de empate tem direito a fazer um lance de dado, devendo os seus representantes realizá-lo da seguinte forma: i) o dado é colocado dentro do copo, através do qual o lance do dado tem de ser feito para dentro da caixa;

- iii. O lance do dado não pode ser feito de forma manifestamente viciadora da finalidade do sorteio (pontuação por “sorte ou azar”);
 - iv. O concorrente obtém a pontuação correspondente ao número da face do dado, uma vez inerte, que se encontrar virada para cima;
 - v. Caso o dado fique inerte em posição que não permita identificar de forma inequívoca qual a face virada para cima, o concorrente repete o lance;
 - vi. A seriação da ordem pela qual os concorrentes procederão ao seu lance é feita alfabeticamente por referência à sua firma²;
 - vii. A ordenação entre concorrentes é feita por referência à pontuação mais alta obtida no lance de dados;
 - viii. Em caso de empate entre concorrentes, devem repetir-se os lances dos concorrentes nessa situação.
- b) O sorteio decorre em sessão conjunta com todos os concorrentes, e apenas terá lugar decorrida a fase de análise de propostas, concedidos os respetivos prazos de audiência prévia no que respeita à admissão e exclusão de propostas, verificação e fixação de todos os atributos das mesmas e respetiva aplicação dos restantes critérios de desempate.
 - c) Todos os concorrentes são convocados para comparecer em local, data e hora determinados pela entidade adjudicante com uma antecedência mínima de dois dias úteis.
 - d) Os representantes dos concorrentes, num máximo de duas pessoas, devem estar munidos de instrumentos de mandato explícitos no seu âmbito, devidamente assinados, devendo resultar dos mesmos declaração de não repúdio dos resultados do sorteio, podendo o modelo de instrumento de mandato ser determinado pela entidade adjudicante.
 - e) A sessão inicia-se quando todos os representantes dos concorrentes e da entidade adjudicante se encontrarem presentes, sendo respeitada uma tolerância de 15 minutos sobre a hora determinada para o início da sessão, finda a qual a mesma principia independentemente da não comparência de um ou alguns dos representantes dos concorrentes.
 - f) Da sessão é lavrada ata, a ser assinada pelos representantes dos concorrentes e da entidade adjudicante.

Artigo 8.º

Prazo de manutenção das propostas

1. O prazo de manutenção das propostas é de 90 dias contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das mesmas, considerando-se o mesmo sucessivamente renovado por igual período quando os concorrentes não se insurgirem contra essa renovação até ao último dia do período vigente.

² Não conferindo este critério de seriação qualquer vantagem ou desvantagem para o concorrente seriado em qualquer posição possível.

2. Ter-se-á por não escrita a declaração na proposta de um prazo inferior ao previsto no número anterior.

Artigo 9.º

Causas de exclusão da proposta

A proposta apresentada será excluída quando:

- a) Se encontre em qualquer uma das situações previstas nos artigos 70.º e 146.º do CCP;
- b) Que não esteja instruída com todos os documentos exigidos nos termos deste Convite ou não respeite o disposto artigo 5.º quanto ao modo de apresentação da proposta.

Artigo 10.º

Habilitação e confirmação de compromissos

1. O adjudicatário, no prazo máximo de cinco dias a contar da data da notificação da adjudicação, deve apresentar os seguintes documentos de habilitação:
 - a) Declaração a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP (cf. Anexo C do presente programa do concurso);
 - b) Documentos comprovativos ou disponibilização de acesso para a sua consulta *online*, de que se encontra nas seguintes situações:
 - i. Inscrição no Registro Central do Beneficiário Efetivo, conforme o que dispõe a alínea b) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto (Regime Jurídico do Registro Central do Beneficiário Efetivo);
 - ii. Situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 55.º do CCP;
 - iii. Situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea e) do n.º 1 do artigo 55.º do CCP;
 - iv. Certificados de registo criminal, para efeitos de celebração de contratos públicos, da pessoa coletiva e de todos os titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência da pessoa coletiva que se encontrem em efetividade de funções, destinados a comprovar que não se encontram em nenhuma das situações previstas nas alíneas b) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do CCP;
 - v. Certidão do registo comercial, com todas as inscrições em vigor, para identificação dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções, se aplicável;
 - c) Documento onde conste o endereço de correio eletrónico para efeitos de execução do contrato.

2. No mesmo prazo referido no número anterior, o adjudicatário deverá confirmar os compromissos assumidos por terceiros relativamente a qualquer aspeto de execução do contrato constante da sua proposta.
3. Sem prejuízo dos prazos previstos nos n.ºs 2 e 3 do artigo 86.º do CCP, poderá ser determinada a entrega de documentos em falta ou cuja validade se encontre expirada, sendo concedido ao adjudicatário um prazo máximo de 24 horas para o efeito.
4. A pedido fundamentado do adjudicatário, poderão ser prorrogados os prazos de entrega dos documentos de habilitação e ou confirmação de compromissos.
5. Conjuntamente com os documentos de habilitação e eventuais confirmações de compromissos de terceiros, o adjudicatário apresenta em documento autónomo as seguintes indicações e anexos:
 - a) O endereço de correio eletrónico para efeitos de remessa de quaisquer comunicações no âmbito da execução do contrato e o ponto de contacto;
 - b) O endereço de correio eletrónico para efeitos de remessa do contrato quando o mesmo venha a ser outorgado com recurso a assinatura eletrónica;
 - c) O(s) nome(s) e a(s) qualidade(s) do(s) titular(es) do(s) certificado(s) de assinatura eletrónica que será(ão) aposto(s) no contrato, no caso da alínea anterior, ou o(s) nome(s) e a(s) qualidade(s) da(s) pessoa(s) que irá(ão) assiná-lo manualmente;
 - d) Documentos necessários à comprovação dos poderes de representação, nos termos da alínea anterior, e sempre que, do processo administrativo do procedimento ou do certificado de assinatura eletrónica, tais poderes não sejam verificáveis.

Artigo 11.º

Caução

Nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 88.º do CCP, fica dispensada a prestação de caução pelo adjudicatário.

Artigo 12.º

Disposições finais

1. Não há lugar a negociação de propostas ou leilão eletrónico, nem são admitidas propostas variantes.
2. As despesas e os encargos inerentes à redução a escrito do contrato são da responsabilidade do adjudicatário.
3. Em tudo quanto for omissa o presente programa do concurso observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos e demais legislação aplicável em vigor.

Anexo A

Modelo de Declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP]

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) ...(firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 — Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a) ...

b) ...

3 — Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 — Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contra -ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 — Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga -se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 11 o artigo 55.º do referido Código.

7 — O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em

qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura (4)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º

(4) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º.

Anexo B

Proposta de preço

[a que se refere a alínea b) do n.º 1 do artigo 6.º do PC]

(conferir editável em formato x/s.)

Anexo C

Modelo de Declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP]

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

2 - O declarante junta em anexo [ou indica...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

[Local], [Data]

[Assinaturas]

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º